



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª Câmara de Coordenação e Revisão**

**VOTO Nº 5730/2013**

**PROCEDIMENTO MPF Nº 1.11.000.000254/2013-11**

**ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS**

**PROCURADOR OFICIANTE: JOEL ALMEIDA BELO**

**RELATOR: OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA**

**PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 62, IV, DA LC 75/93). CRIME DE FURTO (ART. 155, CP) DE CABOS DE COMUNICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE AEROPORTO . PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. ARQUIVAMENTO INADEQUADO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL. RECEPÇÃO (ART. 180, CP). PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.**

1. Trata-se de procedimento investigatório criminal instaurado para apurar o crime de furto de bens (cabos de comunicação e alimentação) da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, no Aeroporto Internacional de Maceió.
2. No curso da investigação surgiram informações sobre a prática do crime de receptação desses cabos roubados.
3. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito em relação ao crime de furto com fundamento na aplicação do princípio da insignificância, uma vez que o investigado confessou que furtou apenas 50 metros de fio de cobre.
4. Em relação ao crime de receptação o arquivamento foi baseado na prescrição da pretensão punitiva estatal.
5. Verifica-se que o próprio investigado confessou que já realizou o furto dos cabos por duas vezes e iniciou a execução do furto pela terceira vez, sendo impedida a sua consumação por fatos alheios à sua vontade.
6. Diante dessa reiteração da conduta delituosa pelo investigado, não se pode aplicar o princípio da insignificância ao crime de roubo.
7. Ainda há que se descartar a aplicação do princípio da insignificância em razão do alto grau de reprovabilidade da conduta, uma vez que os cabos furtados eram de alimentação e comunicação de aeroporto civil, o que poderia ter ocasionado graves danos aos usuários.
8. Assim, o arquivamento do feito em relação ao crime de furto é inadequado.
9. Quanto ao crime de receptação verifica-se que a pretensão punitiva estatal está prescrita, impondo-se, desse modo, o arquivamento do feito em relação a este crime.
10. Não homologação do arquivamento quanto ao crime de furto, com a designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal. Homologação do arquivamento quanto ao crime de receptação.

Trata-se de procedimento investigatório criminal instaurado para apurar o crime de furto de bens (cabos de comunicação e alimentação) da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, no Aeroporto Internacional de Maceió.

No curso da investigação surgiram informações sobre a prática do crime de receptação desses cabos roubados.

O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito em relação ao crime de furto com fundamento na aplicação do princípio da insignificância, uma vez que o investigado confessou que furtou apenas 50 metros de fio de cobre.

Em relação ao crime de receptação o arquivamento foi baseado na prescrição da pretensão punitiva estatal. (fls. 51/55)

Os autos foram remetidos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão para o exercício de sua função revisional.

É o relatório.

Parte dos fatos em exame não autorizam o arquivamento do feito, *data venia*.

A promoção de arquivamento deve ocorrer somente frente à ausência de elementos mínimos que indiquem a autoria e a materialidade delitiva ou ainda a existência de crime. Não é, contudo, o caso dos autos.

Esta Câmara tem entendido que a aplicação do princípio da insignificância de conduta para fins penais deve restringir-se a casos excepcionais, em que os bens sejam de pequeno valor econômico e o delito cause danos de baixa lesividade ao bem jurídico protegido pelo direito penal.

O princípio da insignificância deve ser aplicado, pautando-se por redobrada prudência, apenas ao que é verdadeiramente insignificante para o bem jurídico tutelado. Deve-se evitar que o conceito de insignificância exacerbe o poder discricionário do aplicador do Direito, o que não se coaduna com o sistema jurídico-penal, tratado de forma objetiva e impessoal.

Compulsando os autos verifica-se que ADRIANO MARQUES DE LIMA confessou que já realizou o furto dos cabos do aeroporto por duas vezes e iniciou a execução do furto pela terceira vez, sendo impedida a sua consumação por fatos alheios à sua vontade. (fls. 20/21)

Assim, diante da reiteração da conduta delituosa pelo investigado, não se mostra viável a aplicação do princípio da insignificância ao crime de roubo.

Ainda há que se descartar a aplicação do princípio da insignificância em razão do alto grau de reprovabilidade da conduta, uma vez que os cabos furtados eram de alimentação e comunicação de aeroporto civil, o que poderia ter ocasionado graves danos aos usuários.

Portanto, o arquivamento do feito em relação ao crime de furto é inadequado.

Quanto ao crime de receptação verifica-se que a pretensão punitiva estatal está prescrita, impondo-se, desse modo, o arquivamento do feito em relação a este crime.

Com essas considerações, voto pela não homologação do arquivamento quanto ao crime de furto, com a designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal, e pela homologação do arquivamento quanto ao crime de receptação.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Alagoas, cientificando-se ao Procurador da República oficiante, com nossas homenagens.

Brasília/DF, 24 de outubro de 2013.

**Oswaldo José Barbosa Silva**  
Subprocurador-Geral da República  
Titular – 2ª CCR/MPF